

ANEXO V

PROCESSO INOVA OZ Nº 006/2026-PROC

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

ANEXO V - Minuta de contrato nº xxxx/2026

OBJETO: CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE (ACL), NA MODALIDADE DE COMERCIALIZADOR VAREJISTA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE OSASCO S.A. – INOVA OZ E A EMPRESA [RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA].

Pelo presente instrumento, de um lado, a **AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE OSASCO S.A. – INOVA OZ**, empresa pública municipal, com personalidade jurídica de direito privado, constituída sob a forma de sociedade anônima, inscrita no CNPJ sob o nº 52.724.313/0001-96, com sede na Av. dos Autonomistas, nº 197, Mezanino, Vila Yara, Osasco/SP, CEP 06020-000, instituída pela Lei Complementar Municipal nº 403, de 28 de dezembro de 2022, regida pela Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pela Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e por seu Estatuto Social, neste ato representada pelo seu Diretor-Presidente, **[nome completo do Diretor-Presidente]**, portador do CPF nº [CPF], denominada simplesmente **CONTRATANTE**;

E de outro lado, a empresa **[RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA]**, inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], com sede na [endereço completo], neste ato representada por [nome do representante legal], portador do CPF nº [CPF], na qualidade de [cargo/função], denominada simplesmente **CONTRATADA**;

Tendo em vista o resultado do Pregão Eletrônico nº ____/2026, do Processo Administrativo INOVA OZ nº 006/2026-PROC, homologado em [data de homologação], e em conformidade com a Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, com o Regulamento Interno de Compras, Licitações e Contratos da INOVA OZ – RICLC, com o Código Civil e

demais normas aplicáveis, as partes acima qualificadas têm entre si justo e contratado o que se segue:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de energia elétrica, na modalidade de Comercializador Varejista, no Ambiente de Contratação Livre (ACL), incluindo a migração, representação e suprimento contínuo de 41 (quarenta e uma) unidades consumidoras vinculadas à Administração Pública Municipal pertencentes ao Grupo A, contemplando o fornecimento de aproximadamente 0,76 MW médios de energia elétrica, de acordo com as especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº ____/2026, que integra o presente instrumento como se nele transcrito estivesse.

1.2. O objeto compreende, de forma integrada e indissociável:

- I** – a execução dos serviços preliminares e de pré-migração das unidades consumidoras elegíveis para o Ambiente de Contratação Livre (ACL);
- II** – o fornecimento contínuo de energia elétrica, nos termos e condições pactuados;
- III** – a representação da CONTRATANTE no Ambiente de Contratação Livre, inclusive perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), quando aplicável;
- IV** – a execução dos serviços de pós-migração, incluindo gestão contratual, acompanhamento, disponibilização de relatórios e demais encargos técnicos necessários à adequada execução do fornecimento.

1.3. A INOVA OZ figurará como CONTRATANTE, atuando por delegação e em representação do Município de Osasco, nos termos do Contrato nº 097/2025, celebrado entre as partes para fins de gestão e eficiência das unidades consumidoras abrangidas, competindo-lhe exercer a governança, a gestão administrativa e técnica, bem como o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual.

1.4. Integram o presente Contrato, como se nele transcritos estivessem, o Edital de Pregão Eletrônico nº ____/2026, o Termo de Referência (Anexo I), o Modelo de Proposta

de Preços (Anexo II), o Consumo de Energia e Demanda Contratada das Unidades Consumidoras (Anexo III), o Cronograma Físico-Financeiro (Anexo IV) e a Proposta Comercial da CONTRATADA.

CLÁUSULA II – DA MODALIDADE, TIPO DE ENERGIA E ENTREGA

2.1. A contratação é realizada na modalidade de Comercializador Varejista, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 1.011, de 2022, cabendo à CONTRATADA representar a CONTRATANTE perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), assumindo, em seu nome, todas as obrigações regulatórias e operacionais, incluindo a gestão de garantias, contabilização, liquidação financeira e exposição ao Mercado de Curto Prazo (MCP).

2.2. A energia elétrica fornecida poderá ser proveniente de fontes convencionais ou renováveis, observadas as condições de mercado e a regulamentação vigente do setor elétrico, não sendo exigido incentivo tarifário específico na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD).

2.3. A entrega da energia elétrica observará o conceito de modulação, entendida como a distribuição do volume mensal contratado ao longo dos períodos de comercialização, de acordo com o perfil de carga das unidades consumidoras, conforme o Cronograma Físico-Financeiro constante do Anexo IV.

2.4. O fornecimento de energia elétrica será disponibilizado de forma contínua até o Ponto de Entrega – Centro de Gravidade no Submercado Sudeste, durante todo o período de suprimento contratado, em conformidade com as regras e procedimentos do Sistema Interligado Nacional (SIN) e do Ambiente de Contratação Livre (ACL).

2.5. A continuidade, a qualidade e as condições físicas do fornecimento de energia elétrica às unidades consumidoras permanecem regidas pelos contratos de conexão e uso do sistema firmados com a concessionária distribuidora local (ENEL-SP), não integrando o objeto deste Contrato.

CLÁUSULA III – DO QUANTITATIVO

3.1. O fornecimento de energia elétrica será estruturado para atender a um montante de 0,76 MW médios de energia elétrica, ao longo do período de 5 (cinco) anos, conforme detalhamento abaixo:

Item	Ano de Fornecimento	Especificação	Quantidade (MWh)	Preço Unitário (R\$/MWh)
1	2026/2027	Energia Elétrica (ACL) – Varejista 0,76 MW médios – Flex. 100%	6.614,56	[]
2	2027/2028	Energia Elétrica (ACL) – Varejista 0,76 MW médios – Flex. 100%	6.614,56	[]
3	2028/2029	Energia Elétrica (ACL) – Varejista 0,76 MW médios – Flex. 100%	6.614,56	[]
4	2029/2030	Energia Elétrica (ACL) – Varejista 0,76 MW médios – Flex. 100%	6.614,56	[]
5	2030/2031	Energia Elétrica (ACL) – Varejista 0,76 MW médios – Flex. 100%	6.614,56	[]

3.2. O Cronograma de entrega mensal da energia, com as modulações por mês, consta do Anexo IV – Cronograma Físico-Financeiro, que integra o presente Contrato.

3.3. A quantidade de Unidades Consumidoras poderá sofrer alterações ao longo da vigência contratual, mediante inclusão, exclusão ou substituição, a critério da INOVA OZ, desde que observados os critérios regulatórios da CCEE e formalizada comunicação prévia à CONTRATADA. Eventuais alterações que impliquem modificação no volume de energia contratada deverão ser precedidas de Termo Aditivo, nos limites legais aplicáveis.

3.4. A contratação prevê flexibilidade contratual de 100% (cem por cento) sobre o montante contratado, nos termos estabelecidos na Cláusula VIII deste Contrato.

CLÁUSULA IV – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência do presente Contrato é de 60 (sessenta) meses, contados a partir do início efetivo do fornecimento de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL), após a conclusão das etapas de migração e do decurso do prazo regulatório aplicável à denúncia do contrato de fornecimento perante a concessionária distribuidora local, nos termos do art. 71 da Lei Federal nº 13.303/2016 e do art. 151 do Regulamento Interno de Compras, Licitações e Contratos da INOVA OZ.

4.2. O início do fornecimento de energia elétrica observará o cronograma de migração das Unidades Consumidoras para o ACL, não se confundindo com a data de assinatura deste instrumento. A data de início efetivo do fornecimento será formalmente registrada por meio de Ordem de Início emitida pela CONTRATANTE.

4.3. É vedada a celebração de contrato por prazo indeterminado, nos termos do art. 151, § 1º, do RICLC.

4.4. As partes reconhecem que, na hipótese de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Contrato por fato alheio à vontade de ambas, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo período correspondente, mediante registro formal nos autos do processo administrativo.

CLÁUSULA V – DO VALOR CONTRATUAL E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O valor global do presente Contrato é de R\$ [VALOR GLOBAL] ([valor por extenso]), conforme Proposta Comercial vencedora do Pregão Eletrônico nº ____/2026, sendo o valor distribuído anualmente conforme a tabela constante da Cláusula III.

5.2. As despesas decorrentes da execução deste Contrato serão custeadas por receitas vinculadas ao instrumento celebrado entre a INOVA OZ e a Prefeitura de Osasco, no âmbito do Processo nº 1.995/2025, mediante pagamento mensal correspondente ao fornecimento de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL), apurado conforme faturamento mensal da energia consumida, medição e ateste.

5.3. O início efetivo do fornecimento e a emissão da Ordem de Início ficam condicionados à vigência do instrumento referido no subitem 5.2, à existência de

dotação orçamentária suficiente e à comprovação de disponibilidade financeira mínima destinada a suportar a execução do Contrato.

5.4. O desembolso ocorrerá de forma mensal e variável, de acordo com o consumo efetivo de energia elétrica das unidades consumidoras, observando-se os quantitativos projetados no Termo de Referência.

CLÁUSULA VI – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento das faturas de energia elétrica será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a liquidação administrativa da despesa, contados da data do recebimento definitivo da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente regularmente atestado, desde que atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

- I** – recebimento da fatura dentro do prazo previsto neste Contrato;
- II** – atesto formal do Fiscal Técnico e do Gestor do Contrato quanto à conformidade da cobrança;
- III** – regular liquidação administrativa da despesa, nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016 e dos normativos internos da INOVA OZ.

6.2. A CONTRATADA deverá apresentar as faturas à CONTRATANTE até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao do consumo, acompanhadas, obrigatoriamente, da memória de cálculo detalhada, contendo, no mínimo: a Energia Mensal Faturável (EMF), os fatores de perdas considerados, o abatimento do PROINFA (quando aplicável), o preço da energia contratado, os tributos incidentes, eventuais ajustes e os relatórios de suporte da CCEE.

6.3. As faturas deverão ser emitidas com discriminação por Unidade Consumidora (UC), de modo a permitir rastreabilidade do consumo e conferência individual por UC.

6.4. O vencimento das faturas emitidas pela CONTRATADA deverá observar compatibilidade com o ciclo de faturamento da concessionária distribuidora local (ENEL-SP), de forma a permitir o adequado casamento entre as obrigações relativas à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e ao fornecimento de energia elétrica no ACL. Para fins operacionais, o prazo de vencimento das faturas não deverá ser anterior ao vencimento médio das faturas da concessionária distribuidora.

6.5. O prazo de pagamento será contado a partir da data do recebimento definitivo da nota fiscal, interrompendo-se automaticamente na hipótese de inconsistências, divergências de contabilização, ausência de documentação de suporte ou pendências de regularidade fiscal da CONTRATADA. Após a reapresentação da documentação saneada, o prazo será reiniciado integralmente, sem ônus à CONTRATANTE.

6.6. Em caso de atraso no pagamento por culpa exclusiva da CONTRATANTE, os valores devidos serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo contratual de pagamento e a data do efetivo pagamento, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

6.7. O pagamento será realizado mediante crédito na seguinte conta corrente de titularidade da CONTRATADA: Banco: _____ Conta: _____ - Agência: _____. No ato do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias, previdenciárias e fiscais previstas na legislação vigente.

6.8. É expressamente vedada a realização de pagamento antecipado, total ou parcial, inclusive sob a forma de adiantamentos, pré-pagamentos ou qualquer mecanismo que não esteja lastreado na efetiva execução do objeto e na correspondente contabilização da energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre pela CCEE. Qualquer tentativa de antecipação de pagamento em desacordo com este Contrato será considerada infração contratual, sujeitando a CONTRATADA às penalidades previstas.

6.9. Em caso de controvérsia quanto a parte do faturamento apresentado, a CONTRATANTE deverá comunicar formalmente a CONTRATADA, que ficará autorizada a emitir nota fiscal correspondente exclusivamente à parcela incontroversa, para fins de liquidação e pagamento.

CLÁUSULA VII – DO REAJUSTE

7.1. O preço contratual será reajustado anualmente, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses contados da data da apresentação da proposta comercial da CONTRATADA, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, nos termos do art. 163 do RICLC e da legislação aplicável.

7.2. O reajuste será aplicado mediante a seguinte fórmula:

$$Pe = \text{Preço} \times \text{Maior} (1, \text{IPCA}_1 / \text{IPCA}_0)$$

Onde:

Pe = Preço a ser praticado para o período de suprimento, em R\$/MWh;

Preço = Preço base definido na proposta vencedora;

IPCA₁ = Índice apurado no mês anterior ao mês de aplicação do reajuste;

IPCA₀ = Índice apurado no mês anterior à data base da proposta.

7.3. Os reajustes subsequentes ao primeiro terão como data base o último reajuste aplicado.

7.4. O reajuste será formalizado por meio de apostilamento contratual, nos termos do art. 158, inciso I, do RICLC, não sendo necessário Termo Aditivo para essa finalidade.

7.5. É vedada a inclusão de antecipações ou benefícios não previstos originalmente no Contrato, nos termos do art. 163 do RICLC.

CLÁUSULA VIII – DO FATURAMENTO E DA FLEXIBILIDADE

8.1. O faturamento mensal será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FATm} = \text{EMFm} \times \text{PEC}$$

Onde:

FATm = Faturamento referente ao mês contratual m;

EMFm = Energia Mensal Faturável do mês m;

PEC = Preço da Energia Contratada válido para cada ano do período de fornecimento, vigente no mês contratual;

m = Mês contratual.

8.2. A Energia Mensal Faturável (EMFm) será apurada considerando: (I) o acréscimo do fator de perdas aplicável ao ponto de entrega/contabilização, conforme regras setoriais e parâmetros vigentes; e (II) o abatimento do volume de energia do PROINFA, quando aplicável.

8.3. A flexibilidade de 100% (cem por cento) significa que não haverá alteração da fórmula de faturamento nem do Preço da Energia Contratada por sazonalidade, sendo faturado mensalmente o montante apurado como Energia Mensal Faturável (EMFm), conforme consumo efetivo e parâmetros regulatórios aplicáveis.

8.4. Caso o volume mensal consumido somado à flexibilidade superior de 100% seja integralmente consumido em determinado mês, a CONTRATADA cobrará os eventuais consumos adicionais ao PLD médio do mês em que ocorreu a ultrapassagem, acrescido do spread de venda contratado.

8.5. Na hipótese de o volume mensal consumido ser superior ao volume mensal contratado somado à flexibilidade superior de 100%, e tal situação persistir por mais de 2 (dois) meses consecutivos, as partes deverão reunir-se para avaliação e eventual formalização de Termo Aditivo contemplando o volume adicional. O preço da energia atinente ao novo montante será o praticado no mercado no momento da assinatura do Termo Aditivo.

8.6. O preço e o faturamento contemplarão os tributos incidentes (ICMS quando aplicável, PIS, COFINS e demais encargos setoriais), conforme legislação vigente e critérios deste Contrato.

8.7. A CONTRATADA deverá viabilizar o acesso da INOVA OZ às informações pertinentes disponíveis nos ambientes e relatórios da CCEE, assegurando transparência, rastreabilidade e auditabilidade das informações.

CLÁUSULA IX – DA MATRIZ DE RISCOS

9.1. A formação do custo estimado da presente contratação considerou a identificação, análise e adequada alocação dos principais riscos associados ao fornecimento de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL), nos termos do Anexo IV – Matriz de Riscos do Termo de Referência, que integra este Contrato.

9.2. Riscos alocados à CONTRATANTE:

- I – eventuais atrasos nas etapas do processo de migração das unidades consumidoras para o ACL atribuíveis à concessionária distribuidora local,

cabendo à CONTRATANTE atuar de forma diligente junto à distribuidora e, quando necessário, junto à ANEEL, por meio dos canais institucionais adequados.

9.3. Riscos alocados à CONTRATADA:

- I** – riscos de natureza operacional, regulatória e financeira diretamente relacionados à sua atuação como fornecedora de energia elétrica e como agente representativo da CONTRATANTE no ACL;
- II** – insuficiência ou inadequação de garantias financeiras exigidas pela CCEE;
- III** – falhas na contabilização e na liquidação das operações no Mercado de Curto Prazo (MCP);
- IV** – inconsistências nos dados de medição e gestão inadequada da exposição entre energia contratada e consumida.

9.4. Não se caracterizam como eventos aptos a ensejar revisão, reajuste ou recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato as variações do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), alterações em sua metodologia de cálculo, variações usuais de preços no ACL ou oscilações inerentes ao mercado de energia elétrica, por se tratarem de riscos próprios da atividade econômica desempenhada pela CONTRATADA.

9.5. Riscos compartilhados:

- I** – eventuais alterações regulatórias, normativas ou legais no Setor Elétrico Brasileiro que impliquem criação, modificação ou extinção de encargos, tributos, subsídios ou incentivos capazes de impactar as projeções econômicas inicialmente estimadas, hipótese em que as partes deverão avaliar, de comum acordo, medidas que preservem o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato;
- II** – medidas emergenciais determinadas pelo Poder Público, tais como programas de racionamento ou racionalização compulsória do consumo de energia elétrica.

9.6. Para fins deste Contrato, consideram-se casos fortuitos ou de força maior os eventos imprevisíveis ou inevitáveis que afetem diretamente a execução do objeto, nos termos do art. 393 do Código Civil. A parte afetada deverá notificar a outra no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência, adotando todas as medidas ao seu alcance para mitigar os efeitos e retomar a execução regular no menor prazo possível.

CLÁUSULA X – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- I** – exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas neste Contrato, no Edital e no Termo de Referência, bem como o atendimento às disposições legais, regulatórias e normativas aplicáveis;
- II** – receber o objeto nas condições, prazos e especificações estabelecidas, procedendo à análise técnica, administrativa e regulatória das faturas, memórias de cálculo e documentos apresentados pela CONTRATADA;
- III** – notificar formalmente a CONTRATADA, por escrito, acerca de inconsistências verificadas na execução do objeto, no faturamento ou na documentação apresentada, fixando prazo razoável para correção;
- IV** – acompanhar, avaliar e fiscalizar a execução do Contrato de forma contínua, por meio do Gestor e do Fiscal formalmente designados;
- V** – efetuar o pagamento à CONTRATADA pelos serviços efetivamente prestados e devidamente atestados, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Contrato;
- VI** – aplicar as sanções administrativas previstas na legislação aplicável, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- VII** – disponibilizar à CONTRATADA as informações técnicas, cadastrais e operacionais necessárias à execução do objeto, desde que formalmente solicitadas;
- VIII** – apoiar, quando solicitado e dentro de suas atribuições institucionais, a interlocução da CONTRATADA junto à concessionária distribuidora de energia elétrica e à CCEE, especialmente nas etapas de migração, sem que tal apoio implique assunção de responsabilidades operacionais, regulatórias ou financeiras por parte da CONTRATANTE;
- IX** – emitir decisão expressa e fundamentada sobre todas as solicitações e reclamações formuladas pela CONTRATADA no prazo máximo de 30 (trinta) dias, admitida prorrogação motivada por igual período.

10.2. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, nem por danos causados a terceiros em decorrência de atos, omissões ou responsabilidades exclusivas da CONTRATADA.

CLÁUSULA XI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Constituem obrigações da CONTRATADA:

- I** – executar o objeto contratado em conformidade com as melhores práticas técnicas, regulatórias e comerciais aplicáveis ao ACL, garantindo a continuidade, regularidade e conformidade do fornecimento de energia elétrica;
- II** – responsabilizar-se integralmente pelos vícios, defeitos, falhas técnicas, erros operacionais e danos decorrentes da execução do objeto, inclusive perante terceiros;
- III** – comunicar formalmente à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer fato relevante ou risco que possa comprometer o cumprimento das obrigações contratuais, indicando as medidas de mitigação adotadas;
- IV** – realizar todos os procedimentos de cadastro, modelagem, registro, contabilização e liquidação das operações junto à CCEE, desde que a documentação necessária seja disponibilizada pela CONTRATANTE em tempo hábil;
- V** – representar a CONTRATANTE, na condição de comercializadora varejista, perante a CCEE, a concessionária distribuidora local (ENEL-SP) e demais agentes setoriais;
- VI** – cumprir integralmente as Regras e Procedimentos de Comercialização da CCEE, as normas da ANEEL, do MME, do ONS e demais atos normativos aplicáveis;
- VII** – garantir integralmente o lastro de energia elétrica necessário ao atendimento do consumo da CONTRATANTE, assumindo todos os riscos associados à modulação, sazonalidade, variação de carga, diferenças entre energia contratada e consumida, e exposição ao MCP;

VIII – arcar com todos os aportes financeiros exigidos pela CCEE, bem como com a liquidação financeira perante o agente bancário de liquidação e custódia;

IX – apresentar mensalmente à CONTRATANTE relatório técnico contendo, no mínimo, a medição apurada, o consumo efetivo, a comparação entre energia contratada e consumida e os encargos apurados pela CCEE de todas as Unidades Consumidoras;

X – conceder acesso às plataformas e relatórios da CCEE à INOVA OZ e/ou empresa por ela indicada, assegurando transparência, rastreabilidade e auditabilidade das informações;

XI – responder aos questionamentos formulados pela CONTRATANTE no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, salvo em situações que demandem análise técnica complexa, devidamente justificadas;

XII – manter, durante toda a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação exigidas na licitação, inclusive regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória;

XIII – manter sigilo sobre todas as informações técnicas, comerciais, operacionais e estratégicas obtidas em razão da execução do Contrato, observada a legislação de proteção de dados pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD);

XIV – não permitir a utilização de trabalho de menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, nem de menor de 18 (dezoito) anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres;

XV – indicar formalmente, até a data de assinatura deste Contrato, preposto responsável pela interlocução técnica-operacional junto à INOVA OZ, mantendo-o disponível durante toda a vigência contratual;

XVI – executar o objeto em conformidade com os princípios da sustentabilidade, adotando práticas que promovam eficiência energética, transparência e boa governança.

11.2. A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, não se estabelecendo qualquer vínculo ou responsabilidade solidária com a CONTRATANTE. A inadimplência da CONTRATADA

quanto a esses encargos não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA XII – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

12.1. Nos termos do art. 184 do RICLC, ficam designados para o acompanhamento e fiscalização do presente Contrato:

I – Gestor do Contrato: Sr. Edson França Marcondes – Diretor Técnico da INOVA OZ;

II – Fiscal Técnico do Contrato: Sr. Wilian de Campos Junior – Gerente de Projetos e Serviços da INOVA OZ.

12.2. A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade integral da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações assumidas, inclusive perante terceiros, por eventuais irregularidades, vícios ocultos ou falhas técnicas. O acompanhamento exercido pela INOVA OZ possui natureza de controle e fiscalização, não caracterizando corresponsabilidade por falhas ou omissões da CONTRATADA.

12.3. O Fiscal do Contrato registrará, de forma sistemática, todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução, indicando providências adotadas ou necessárias para correção de falhas ou desvios identificados.

12.4. O Gestor do Contrato consolidará as informações relativas ao acompanhamento e à fiscalização, coordenará a atualização do histórico de gestão contratual e elaborará relatórios gerenciais, com vistas à avaliação da execução e à verificação de necessidade de ajustes, prorrogações ou aditivos.

12.5. As comunicações entre as partes deverão ser realizadas preferencialmente por escrito, por meios formais e rastreáveis, admitindo-se o uso de comunicações eletrônicas institucionais, sempre que compatíveis com a natureza do ato.

12.6. Após a assinatura do Contrato, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para reunião inicial de alinhamento, destinada à apresentação do plano de fiscalização, das obrigações contratuais, dos fluxos de comunicação e dos indicadores de desempenho aplicáveis.

CLÁUSULA XIII – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

13.1. O presente Contrato poderá ser alterado, mediante Termo Aditivo assinado pelas partes, nas hipóteses previstas nos arts. 72 e 81 da Lei Federal nº 13.303/2016 e no art. 157 do RICLC, incluindo:

- I** – quando houver modificação do projeto ou especificações, para melhor adequação técnica;
- II** – quando necessária modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto, nos limites de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado;
- III** – quando necessária a modificação do regime de execução em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- IV** – quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado;
- V** – para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou de consequências incalculáveis.

13.2. Serão formalizadas por apostilamento, independentemente de Termo Aditivo:

- I** – a variação do valor contratual decorrente de reajuste previsto neste Contrato;
- II** – correções de erros materiais dos instrumentos contratuais;
- III** – atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas.

13.3. É vedada a celebração de aditivos contratuais decorrentes de eventos supervenientes alocados, na Matriz de Riscos, como de responsabilidade da CONTRATADA, bem como alterações que resultem em violação ao dever de licitar.

CLÁUSULA XIV – DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. É vedada a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista o caráter integrado da solução (migração, representação e fornecimento no ACL), que exige responsabilidade técnica e operacional centralizada na CONTRATADA, nos termos do art. 153 do RICLC e do item 8.1 do Termo de Referência.

CLÁUSULA XV – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. A prática de atos em desacordo com as disposições deste Contrato, do Edital e da legislação aplicável sujeitará a CONTRATADA às seguintes sanções, previstas no art. 174 do RICLC e nos arts. 83 e 84 da Lei Federal nº 13.303/2016, sem prejuízo das responsabilidades civis e criminais cabíveis:

- I – advertência, por escrito, nos casos de descumprimento de obrigação de menor gravidade, com notificação sobre eventual aplicação de sanção mais grave em caso de reincidência;
- II – multa, conforme o estabelecido nesta Cláusula;
- III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a INOVA OZ pelo prazo de até 2 (dois) anos.

15.2. As multas aplicáveis são as seguintes:

- I – multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso sobre o valor mensal faturável, limitada a 10% (dez por cento) do valor mensal, na hipótese de descumprimento dos prazos previstos neste Contrato;
- II – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do Contrato, nos casos de rescisão por culpa da CONTRATADA ou de inexecução parcial relevante do objeto;
- III – multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor global do Contrato, nos casos de inexecução total do objeto.

15.3. As multas poderão ser descontadas da garantia prestada, quando houver, dos pagamentos devidos à CONTRATADA, ou serão cobradas judicialmente em caso de insuficiência de valores.

15.4. A aplicação de sanções será precedida de processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, nos termos dos arts. 178 e 185 do RICLC.

15.5. Caberá recurso, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data da intimação, contra a decisão que aplicar as sanções previstas nesta Cláusula.

15.6. As sanções de advertência e suspensão temporária poderão ser aplicadas cumulativamente com as multas previstas nesta Cláusula.

CLÁUSULA XVI – DA RESCISÃO CONTRATUAL

16.1. O presente Contrato poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses, nos termos dos arts. 168 a 172 do RICLC:

- I** – com o advento do termo final, quando celebrado por prazo certo;
- II** – com a conclusão do objeto;
- III** – antecipadamente, por acordo entre as partes (rescisão amigável);
- IV** – por determinação judicial;
- V** – unilateralmente, por ato formal da CONTRATANTE, nas hipóteses previstas neste Contrato e na legislação aplicável.

16.2. Constituem motivos para rescisão unilateral pela CONTRATANTE, entre outros:

- I** – descumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- II** – atraso injustificado no início da execução contratual ou paralisação sem justa causa;
- III** – desligamento da CONTRATADA como agente da CCEE por descumprimento de obrigações regulatórias;
- IV** – inadimplência perante a CCEE que comprometa a continuidade do fornecimento;
- V** – decretação de falência, insolvência civil ou dissolução da sociedade CONTRATADA;
- VI** – alteração social ou modificação estrutural da CONTRATADA que prejudique a execução do Contrato;

16.3. A rescisão unilateral deverá ser formalmente motivada, assegurados o contraditório e a ampla defesa da CONTRATADA.

16.4. Nos casos de rescisão por inadimplemento da CONTRATANTE, a CONTRATADA terá direito ao ressarcimento dos serviços efetivamente prestados até a rescisão, à devolução de eventual garantia prestada e à compensação dos custos decorrentes da desmobilização, devidamente comprovados.

CLÁUSULA XVII – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

17.1. Para os fins deste Contrato, considera-se como objeto passível de recebimento administrativo a fatura mensal de energia elétrica ou instrumento de cobrança equivalente, emitida pela CONTRATADA, acompanhada da respectiva memória de cálculo, dos dados de medição e contabilização aplicáveis e dos relatórios de suporte extraídos da CCEE.

17.2. A liquidação da despesa será iniciada após a conferência da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, prorrogável por igual período quando devidamente justificado. Havendo erro formal ou material que impeça a liquidação, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, reiniciando-se o prazo após a regularização.

17.3. A nota fiscal ou documento de cobrança deverá estar acompanhada da comprovação da regularidade fiscal da CONTRATADA, a ser verificada por meio de consulta ao SICAF ou documentação equivalente.

CLÁUSULA XVIII – DA PROTEÇÃO DE DADOS

18.1. As partes comprometem-se a cumprir integralmente a Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como demais normas regulamentares aplicáveis, em relação a todas as atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais realizadas no âmbito deste Contrato.

18.2. A CONTRATADA deverá manter sigilo sobre todas as informações técnicas, comerciais, operacionais, estratégicas e pessoais obtidas em razão da execução do Contrato, não podendo transmiti-las a terceiros sem autorização prévia e escrita da CONTRATANTE, exceto quando exigido por lei ou regulamentação aplicável.

18.3. Em caso de incidente de segurança que envolva dados pessoais, a CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, adotando as medidas necessárias à mitigação dos danos.

CLÁUSULA XIX – DA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

19.1. Em cumprimento ao art. 159 do RICLC, fica estabelecido como mecanismo preferencial de resolução de conflitos decorrentes deste Contrato a autocomposição, nos termos da Lei Federal nº 13.140/2015, mediante entendimento direto entre as partes.

19.2. Na hipótese de impossibilidade de solução por autocomposição no prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação formal de uma parte à outra, as partes poderão optar pela arbitragem para dirimir conflitos que versem sobre direitos patrimoniais disponíveis, inclusive os relativos ao equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato, nos termos da Lei Federal nº 9.307/1996, com as alterações da Lei nº 13.129/2015.

19.3. A nomeação de árbitros e indicação de Câmara Arbitral observarão o disposto no art. 161 do RICLC, devendo ser eleita câmara de reconhecida experiência e notoriedade.

19.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Osasco/SP para dirimir eventuais questões que não sejam objeto de solução amigável ou arbitral, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, nos termos do art. 162 do RICLC.

CLÁUSULA XX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. O presente Contrato rege-se pelo disposto neste instrumento, pelo Edital de Pregão Eletrônico nº __/2026 e seus Anexos, pela Lei Federal nº 13.303/2016, pelo Regulamento Interno de Compras, Licitações e Contratos da INOVA OZ (RICLC), pelo Código Civil e demais normas de direito privado aplicáveis, nos termos do art. 145 do RICLC.

20.2. Os casos omissos serão dirimidos pela CONTRATANTE, ouvida sua Assessoria Jurídica, observada a legislação aplicável.

20.3. A tolerância de qualquer das partes quanto a eventual descumprimento das obrigações contratuais não implicará novação, renúncia de direitos ou modificação das condições pactuadas.

20.4. A eventual invalidade de qualquer cláusula deste Contrato não prejudicará a validade das demais, que produzirão plenos efeitos jurídicos.

20.5. Este Contrato é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

20.6. Integram o presente Contrato, para todos os fins de direito:

Anexo I – Termo de Referência (Edital de Pregão Eletrônico nº ____/2026);

Anexo II – Proposta Comercial da CONTRATADA;

Anexo III – Consumo de Energia e Demanda Contratada das Unidades Consumidoras;

Anexo IV – Cronograma Físico-Financeiro.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Osasco/SP, ____ de _____ de 2026.

Alex Soares de Oliveira Diretor-Presidente CONTRATANTE – INOVA OZ	[Nome do Representante Legal] [Cargo] CONTRATADA
--	---

TESTEMUNHAS:

1ª Testemunha Nome: _____ CPF: _____	2ª Testemunha Nome: _____ CPF: _____
--	--